

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 01 DE JANEIRO DE 2009

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária nº 65 - 2º ao 10º e 12º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Cep. 20.091-020, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a manutenção das condições para construção da terceira unidade nucleoelétrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 10, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

A energia elétrica gerada pela Companhia é fornecida exclusivamente para FURNAS - Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	Nº DE CLIENTES
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	1
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	1
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97		

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de abril de 2011.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Estas são as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com os CPCs pela Companhia. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

A Companhia aplicou os pronunciamentos Técnicos CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações contábeis. Tais normativos contábeis estabelecem exceções obrigatórias e isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva. A seguir, detalhamos as isenções e exceções aplicadas pela Companhia.

a) Isenções da aplicação retrospectiva completa – escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

(i) Isenção do benefício a empregados

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 2.1 (h).

(ii) Isenção do passivo decorrente da desativação incluídos no custo de ativos imobilizados

A Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares exige que mudanças específicas em um passivo por desativação, restauração ou outro similar sejam adicionadas ou deduzidas do custo do ativo ao qual está relacionado; o valor depreciável ajustado do ativo deve ser então depreciado prospectivamente durante sua vida útil. Os impactos dessa isenção nas demonstrações contábeis da Companhia estão detalhados na Nota 2.1 (d).

A Companhia optou por essa isenção e não refletiu em suas demonstrações contábeis as mudanças ocorridas nesses passivos antes da data de transição para as CPCs.

Os seguintes procedimentos foram adotados pela Companhia em função do uso dessa exceção:

- (a) mensuração do passivo na data de transição para as CPCs de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25;
- (b) a Companhia estimou o montante que teria sido incluído no custo dos ativos a que dizem respeito, quando se originou o passivo, calculando o valor presente do passivo naquela data pelo uso da melhor estimativa da taxa histórica de desconto ajustada ao risco que poderia ter sido aplicada àquele passivo ao longo desse período; e
- (c) calculou a depreciação acumulada sobre aquele montante, na data de transição para as CPCs, considerando como base a estimativa corrente da vida útil do ativo, usando a política de depreciação adotada pela Companhia de acordo com as CPCs.

As demais isenções opcionais existentes no pronunciamento não se aplicam à Companhia.

b) Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou a seguinte exceção obrigatória na aplicação retrospectiva:

(i) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil e CPCs, incluindo os ajustes e reclassificações retroagidos a partir de 1º de janeiro de 2009, estão descritas a seguir:

2.1 – Balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2009

Abaixo quadro com a síntese do balanço patrimonial de abertura do exercício de 2009:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 1º DE JANEIRO DE 2009			
(em milhares de reais)			
A T I V O	BALANÇO DE 31/12/2008 PUBLICADO EM 20/04/10	AJUSTES	BALANÇO EM 01/01/2009
CIRCULANTE	740.024	(24.656)	715.368
Ativo atuarial	24.656	(a) (24.656)	-
Demais circulantes	715.368	-	715.368
NÃO CIRCULANTE	7.585.529	(1.403.981)	6.181.548
Realizável a longo prazo	982.991	(93.193)	889.798
Ativo atuarial	102.052	(a) (102.052)	-
Fundo para descomissionamento	41.860	(b) 617	42.477
Cauções e depósitos vinculados	10.312	(c) 8.242	18.554
Demais realizáveis a longo prazo	828.767	-	828.767
Investimentos	1.265	-	1.265
Imobilizado	6.573.357	(d) (1.308.493)	5.264.864
Intangível	27.916	(d) (2.295)	25.621
TOTAL	8.325.553	(1.428.637)	6.896.916
P A S S I V O E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	BALANÇO DE 31/12/2008 PUBLICADO EM 20/04/10	AJUSTES	BALANÇO EM 01/01/2009
CIRCULANTE	429.997	(21.603)	408.394
Dividendos	28.804	(e) (21.603)	7.201
Demais circulantes	401.193	-	401.193
NÃO CIRCULANTE	3.518.330	39.625	3.557.955
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	151.980	(f) (52.177)	99.803
Provisão para contingências judiciais	45.106	(c) 8.242	53.348
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.516	(g) 82.943	117.459
Outras obrigações - ajuste carteira fundos	-	(b) 617	617
Demais não circulantes	3.286.728	-	3.286.728
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.377.226	(1.446.659)	2.930.567
Capital social	3.296.032	-	3.296.032
Reservas de capital	903.064	-	903.064
Reservas de lucros	120.641	-	120.641
Prejuízos acumulados	57.489	(1.360.207)	(1.302.718)
Dividendo adicional proposto	-	(e) 21.603	21.603
Outros resultados abrangentes	-	(h) (108.055)	(108.055)
TOTAL	8.325.553	(1.428.637)	6.896.916

Os ajustes efetuados no saldo de abertura (1º de janeiro de 2009) estão descritos detalhadamente a seguir:

- (a) Reversão do ativo atuarial, sendo R\$ 24.656 mil no curto prazo e R\$ 102.052 mil no longo prazo em contrapartida a conta de lucros (prejuízos) acumulados no patrimônio líquido.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33, que trata de benefícios a empregados, os superávits apresentados nos planos de benefício definido somente devem ser registrados quando este puder ser recuperado em sua totalidade por meio de restituições ou reduções em contribuições futuras, com base em termos atuais do plano, adicionalmente no anexo do CPC 33 são descritas as condições de limite de reconhecimento do ativo, sendo essas condições não atendidas nos termos do referido CPC;

- (b) Reclassificação da margem negativa apurada pelo fundo de investimento exclusivo em operações com derivativos (opção de compra de dólar no mercado futuro) no valor de R\$ 617 mil, do ativo para o passivo não circulante;
- (c) Reclassificação de R\$ 8.242 mil de depósitos judiciais atrelados às ações judiciais, cujas perdas se apresentavam em 1º de janeiro de 2009 na condição de provável, que deixa de ser demonstrado no balanço como retificador da conta de provisão para contingências judiciais no passivo não circulante;
- (d) Diversos ajustes no imobilizado no valor total de R\$ 1.308.493 mil e no intangível de R\$ 2.295 mil, cujas contrapartidas estão registradas a conta de lucros (prejuízos) acumulados no patrimônio líquido. Tais ajustes estão assim distribuídos:
- Correção monetária do Imobilizado dos exercícios de 1996 e 1997, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 10 – item 20 e que causaram um incremento total de R\$ 252.246 mil, sendo R\$ 346.611 mil no custo e R\$ 94.365 mil na depreciação acumulada;
 - Baixa de gastos administrativos de Angra 3 em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27 e a Orientação Técnica OCPC 5, pois a capitalização de tais gastos no imobilizado era anteriormente permitida pelas regras da ANEEL. Adicionalmente, houve a baixa dos custos financeiros capitalizados durante a paralisação das obras de Angra 3, conforme previsto pelo Pronunciamento Técnico CPC 20, Tais baixas totalizam R\$ 1.287.406 mil;
 - Baixa de gastos administrativos apropriados ao imobilizado e ao intangível, em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo imobilizado e a Orientação Técnica OCPC 5 – Contratos de Concessão, no montante de R\$ 296.946 mil, sendo R\$ 2.295 mil no ativo intangível e R\$ 294.651 mil no imobilizado;
 - Constituição do ativo de R\$ 21.318 mil para fins de atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 27 e da Interpretação Técnica ICPC 12 que trata de mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares. Maiores detalhes encontram-se descritos na Nota 16.a.
- (e) Para fins de atendimento à Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, a parcela de R\$ 21.603 mil do dividendo de 2008, relativo ao excedente do valor do dividendo mínimo obrigatório, está sendo transferida da conta de dividendo no passivo circulante para a conta de dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido;
- (f) Redução da obrigação pós-emprego no valor de R\$ 52.177 mil em contrapartida a conta de lucros (prejuízos) acumulados para fins de atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a empregados. A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009, sendo que anteriormente era utilizado o método do “corredor”;
- (g) Os efeitos tributários decorrente dos ajustes acima detalhados totalizaram um incremento na conta de Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferido passivo no valor de R\$ 82.943 mil em contrapartida a conta de lucros (prejuízos) acumulados no patrimônio líquido;

(h) Refere-se às perdas atuariais e aos ajustes resultantes do limite do item 58 (b) no Pronunciamento Técnico CPC 33 que trata de benefícios a empregados, reclassificados do resultado do exercício para a conta de outros resultados abrangentes.

2.2 – Reapresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2009

As demonstrações contábeis do exercício de 2009, publicadas em 20 de abril de 2010, estão sendo reapresentadas em função da adoção em 2010 de todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC, conforme abaixo:

a) Balanço patrimonial de 2009

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009				
(em milhares de reais)				
A T I V O	BALANÇO DE 31/12/2009 PUBLICADO EM 20/04/10	AJUSTES DE 2008	AJUSTES DE 2009	BALANÇO EM 31/12/2009
CIRCULANTE	723.686	(24.656)	24.656	723.686
Ativo atuarial	-	(24.656)	(i) 24.656	-
Demais circulantes	723.686	-	-	723.686
NÃO CIRCULANTE	7.885.647	(1.403.981)	168.825	6.650.491
Realizável a longo prazo	942.163	(93.193)	111.977	960.947
Ativo atuarial	-	(102.052)	(i) 102.052	-
Cauções e depósitos vinculados	11.046	8.242	(j) 10.542	29.830
Demais realizáveis a longo prazo	931.117	617	(617)	931.117
Investimentos	1.265	-	-	1.265
Imobilizado	6.909.223	(1.308.493)	(k) 57.642	5.658.372
Intangível	32.996	(2.295)	(794)	29.907
TOTAL	8.609.333	(1.428.637)	193.481	7.374.177
P A S S I V O E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	BALANÇO DE 31/12/2009 PUBLICADO EM 20/04/10	AJUSTES DE 2008	AJUSTES DE 2009	BALANÇO EM 31/12/2009
CIRCULANTE	638.922	(21.603)	(60.778)	556.541
Dividendos	109.841	(21.603)	(l) (60.778)	27.460
Demais circulantes	529.081	-	-	529.081
NÃO CIRCULANTE	3.647.919	39.625	(4.168)	3.683.376
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	172.584	(52.177)	(m) (56.685)	63.722
Provisão para contingências judiciais	31.144	8.242	(j) 10.542	49.928
Imposto de renda e contrib. social diferidos	37.148	82.943	(n) (65.428)	54.663
Passivo para descomissionamento	215.306	-	(p) 108.020	323.326
Demais não circulantes	3.191.737	617	(617)	3.191.737
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.322.492	(1.446.659)	258.427	3.134.260
Capital social	3.296.032	-	-	3.296.032
Reservas de capital	903.064	-	-	903.064
Reservas de lucros	123.396	-	-	123.396
Prejuízos acumulados	-	(1.358.968)	161.901	(1.197.067)
Dividendo adicional proposto	-	21.603	(l) 60.778	82.381
Outros resultados abrangentes	-	(109.294)	(o) 35.748	(73.546)
TOTAL	8.609.333	(1.428.637)	193.481	7.374.177

a.1) Ajustes de 2008 – explicado no item 2.1 acima.

a.2) Ajustes de competência de 2009

Os ajustes de competência do exercício de 2009 consignados no balanço patrimonial no quadro acima são explicados conforme segue:

- (i) Reversão da baixa do ativo atuarial no valor de R\$ 126.708 mil, sendo R\$ 24.656 mil no curto prazo e R\$ 102.052 mil no longo prazo, em contrapartida ao resultado do exercício de 2009, visto que tal ativo já havia sido revertido no balanço de abertura (1º de janeiro de 2009), conforme explicado na Nota 2.1 (a);
- (j) Reclassificação de R\$ 10.542 mil de depósitos judiciais atrelados às ações judiciais, cujas perdas se apresentavam em 31 de dezembro de 2009 na condição de provável, que deixa de ser demonstrado no balanço como retificador da conta de provisão para contingências judiciais no passivo não circulante;
- (k) Diversos ajustes no imobilizado e intangível em contrapartida ao resultado do exercício de 2009, cujas naturezas são semelhantes às detalhadas na Nota 2.1 – item (d);
- (l) Para fins de atendimento à Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, a parcela de R\$ 60.778 mil do dividendo de 2009, relativo ao excedente do valor do dividendo mínimo obrigatório, está sendo transferida da conta de dividendo no passivo circulante para a conta de dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido;
- (m) Redução da obrigação pós-emprego no valor de R\$ 56.685 mil em contrapartida ao resultado do exercício de 2009 para fins de atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a empregados;
- (n) Os efeitos tributários decorrente dos ajustes acima detalhados totalizaram um decréscimo na conta de Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferido passivo no valor de R\$ 65.428 mil em contrapartida ao resultado do exercício de 2009;
- (o) Refere-se às perdas atuariais e aos ajustes resultantes do limite do item 58 (b) do Pronunciamento Técnico CPC 33, que trata de benefícios a empregados, líquido dos impactos tributários, reclassificado do resultado do exercício para a conta de outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 35.748 mil.
- (p) Ajuste referente à alteração na taxa de desconto do passivo para descomissionamento, no valor de R\$ 108.200 mil, conforme detalhado nas Notas 10.c e 16.

b) Resultado de 2009

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2009				
(em milhares de reais)				
	SALDO PUBLICADO		AJUSTES	SALDO AJUSTADO
Receita operacional líquida	1.572.977		-	1.572.977
Custo do serviço de energia elétrica	(1.002.312)	(q)	22.526	(979.786)
Lucro operacional bruto	570.665		22.526	593.191
Despesa operacional	(129.806)	(r)	(45.907)	(175.713)
Resultado do serviço	440.859		(23.381)	417.478
Despesa financeira líquida	(348.571)	(s)	90.233	(258.338)
Resultado operacional	92.288		66.852	159.140
Contribuição social e imposto de renda	(24.093)	(t)	83.200	59.107
Lucro antes da participação nos lucros	68.195		150.052	218.247
Participação nos lucros	(13.088)	(u)	13.088	-
Lucro líquido do exercício	55.107		136.964	218.247

- (q) Refere-se aos ajustes efetuados no imobilizado e intangível conforme detalhado nessa nota – item (k) e a transferência de R\$ 10.078 mil das despesas com participação nos lucros (item (u) no quadro acima);
- (r) Refere-se basicamente aos ajustes efetuados no imobilizado, conforme detalhado nessa nota – item (k), a reclassificação de parte das despesas de participação nos lucros, no valor de R\$ 3.010 mil (item (u) no quadro acima) e da reclassificação das quotas do descomissionamento, conforme na Nota 16;
- (s) Trata-se da reversão do ativo atuarial no valor de R\$ 126.708 mil (item (i) acima) e da reclassificação das quotas do descomissionamento no valor de R\$ 36.475 mil, conforme já mencionado no item anterior;
- (t) Trata-se dos impactos tributários decorrentes dos ajustes mencionados acima.

3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1 - Estimativas contábeis críticas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas a seguir:

a) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

b) Passivo para descomissionamento

O valor atual dessa obrigação depende de uma série de fatores, como a taxa de desconto determinada ao final de cada exercício, conforme mencionado acima, e nas condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

c) *Impairment* de ativos

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 10).

Não foram identificadas perdas (*impairment*) nos exercícios de 2009 e de 2010.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 6,65% em vez de 5,65%), a Companhia teria reconhecido uma perda (*impairment*) de R\$ 105 milhões.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 - Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão detalhados na Nota 4.3.

3.3.1 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.3.2 - Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3.3 - *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia possuía somente uma operação com derivativo (compra de dólar no mercado futuro), não denominada como instrumento de *hedge*, conforme detalhado na Nota 8.

a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira".

3.5 - Concessionárias e permissionárias

A conta de concessionárias e permissionárias correspondem aos valores a receber de FURNAS Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada) pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal), tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de FURNAS são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, sendo, na prática, normalmente reconhecidas ao valor faturado.

3.6 - Estoque

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Nota 7-a);
- c) Almoxarifado, classificados no ativo circulante e não circulante - realizável a longo prazo e estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Nota 7-b).

3.7 - Paradas Programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das usinas Angra 1 e Angra 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos.

3.8 - Fundo financeiro para descomissionamento

A Companhia possui com o Banco do Brasil, um fundo exclusivo de investimento para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE - Conselho Nacional de Política Energética. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na Nota 8.

3.9 - Depósitos vinculados

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente e registrados pelo valor justo, estão consignados em conta específica apresentada no grupo cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante.

3.10 - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, pela taxa de câmbio vigente, nas datas das transações. Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

3.11 - Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Instrução ANEEL nº 44, de 17 de março de 1999, e atos complementares daquela Agência, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 (item 111) sendo 3,3% ao ano para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2 e 10% para os ativos utilizados administrativamente (denominados na Nota 10 como "Outros").

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

Obrigações especiais - As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica, são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Nota 10).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União Federal e que não possui prazo para finalização, diferentemente do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende as condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01 e, portanto, não está inserida em seu alcance.

3.12 - Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.13 - Intangível

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

3.14 - Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.15 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.16 - Provisões

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.17 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.18 - Benefícios a funcionários

a) Obrigações de aposentadoria

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Nota 15).

A Companhia tem planos de benefício definido que são diferentes de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde para aposentados por invalidez e seguro de vida pós-emprego, sendo este até 31 de dezembro de 2009. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante a dos planos de pensão de benefício definido (Nota 15).

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

3.19 - Obrigações para desmobilização de ativos (passivo para descomissionamento)

A Companhia revisa periodicamente os valores da provisão para o passivo para descomissionamento.

Mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

3.20 - Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.21 - Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.22 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

3.23 - Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

NOTA 4 - GESTÃO DE RISCO

4.1 - Fatores de risco

a) Política de gestão de risco do sistema ELETROBRAS

O projeto de gestão integrada de riscos teve início nas empresas do sistema ELETROBRAS no primeiro trimestre de 2010. Em janeiro de 2010 foram designados os componentes do Comitê de Riscos da ELETRONUCLEAR e, em junho de 2010, foi criada a Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles. Ainda em 2010 foi elaborada a Política e a Matriz de Riscos das Empresas ELETROBRAS. O Conselho Fiscal da ELETROBRAS está selecionando os riscos para serem trabalhados por todas as empresas como projeto-piloto em 2011. A visão deste projeto é promover a integração e o alinhamento das práticas hoje existentes para todas as empresas do sistema.

b) Riscos socioambientais

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente e, também, o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor.

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais, que disciplinam atividades envolvendo o uso de matéria-prima radioativa, a guarda de seus dejetos e estabelecem que os efeitos sobre o meio ambiente das suas operações devam ser por ela evitados, mitigados ou corrigidos quando necessário. A seguir seguem os principais eventos aqui tratados, com as suas devidas descrições, que se não observados atentamente podem causar: atrasos na execução de obras ou paradas não programadas das usinas com consequente aumento de custos e perda de rentabilidade nos empreendimentos, perda de imagem, sanções e penalidades aplicadas pelos órgãos reguladores/fiscalizadores, processos judiciais, mobilizações sociais, acidentes socioambientais e redução no valor de mercado da Companhia:

- Licenciamento ambiental - atrasos, não obtenção/renovação das licenças ambientais dos empreendimentos;
- Impactos na biodiversidade - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na fauna e flora das regiões onde a Companhia possui operações;
- Impacto socioeconômico - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na comunidade das regiões onde a Companhia possui operações;
- Controles ambientais - controles inadequados relacionados a gestão de resíduos, lançamentos de efluentes, emissões atmosféricas e uso e manuseio de produtos perigosos, não perigosos ou proibidos;

- Passivos ambientais - tratamento inadequado dos passivos ambientais identificados na Companhia;
- Contaminação radiológica - contaminação radiológica do meio ambiente e população e/ou aumento do nível de radiação acima dos limites permitidos;
- Emissão de CO2 - incapacidade de reduzir o volume de CO2 emitido pelas operações da Companhia;
- Trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório - utilização de trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório nas operações, realizadas direta ou indiretamente pela Companhia.

c) Risco trabalhista

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente e que em não observada pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores/fiscalizadores, insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

d) Outros fatores de riscos

Outros principais fatores de riscos de mercado, que afetam e/ou podem afetar o negócio da Companhia, podem ser assim enumerados:

• Risco de Crédito

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica comercializada com FURNAS, empresa do sistema ELETROBRAS, que fornece uma parcela significativa da energia elétrica produzida no País.

• Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo e passivo para descomissionamento) e ao euro (empréstimos e financiamentos).

Com exceção de compra de dólar futuro, detalhado na Nota 8, e que compõe a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, tendo em vista os custos envolvidos e o atual estágio de estabilidade observado na economia brasileira. A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRAS.

Uma variação de 10% do Real em relação ao EURO resultaria em um aumento ou redução de aproximadamente R\$ 8.589 mil no patrimônio líquido da Companhia.

Vale ressaltar que, com a mudança de cenário e a existência de fornecedores nacionais para realização da desmobilização das usinas nucleares, a partir de 31 de dezembro de 2010, o passivo para descomissionamento e o respectivo fundo deixam de estar vinculados ao dólar norte-americano.

• Risco de liquidez

A Administração da ELETRONUCLEAR entende não haver exposição ao risco de liquidez corrente, uma vez que a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta para um índice positivo de 1,58.

Quanto à liquidez geral, para determinação das exigibilidades de longo prazo, há de se expurgar os adiantamentos para futuro aumento de capital, considerando que a capitalização dos mesmos está compromissada entre ELETRONUCLEAR e ELETROBRAS para deliberação em Assembleia Geral entre setembro e outubro de 2011. Dessa forma na comparação dos direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de Liquidez Geral positivo de 1,12, demonstrando que a companhia dispõe de recursos suficientes para cumprir suas obrigações de curto e longo prazo junto a terceiros, nas datas de seus vencimentos.

No quadro abaixo estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro 2010 (i)				
- Empréstimos	85.692	127.545	216.084	538.914
- Fornecedores (iii)	186.302	-	-	-
TOTAL	271.994	127.545	216.084	538.914
Em 31 de dezembro 2009 (i)				
- Empréstimos	305.426	300.135	1.398.485	8.732.036
- Fornecedores (iii)	282.015	-	-	-
TOTAL	587.441	300.135	1.398.485	8.732.036
Em 1º de janeiro de 2009 (i)				
- Empréstimos	244.378	262.128	941.542	8.704.930
- Fornecedores (iii)	193.493	-	-	-
TOTAL	437.871	262.128	941.542	8.704.930

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pelas normas, e sim baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2010	2009
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 13)	599.371	3.113.744
(-) Caixas e equivalentes de caixa (Nota 5)	(79.371)	(71.389)
Dívida líquida	520.000	3.042.355
Total do patrimônio líquido	2.946.240	3.134.260
Total do capital total	3.466.240	6.176.615
Índice de alavancagem financeira - %	15	49

A redução no índice de alavancagem financeira em 2010 foi decorrente, principalmente, da transformação de parte relevante da dívida em adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 17).

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
DESCRIÇÃO	R\$ MIL		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/DEZ/2010
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	(1.019)	(1.019)
- Contas a receber de clientes de demais contas a receber (ii)	452.197	-	452.197
- Caixa e equivalentes de caixa	79.371	-	79.371
Em 31 de dezembro de 2010	531.568	(1.019)	530.549

(i) Compõe a carteira de ativos do fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 8.

(ii) Corresponde aos saldos de concessionárias e permissionárias, devedores diversos, fundo para descomissionamento e depósitos vinculados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
DESCRIÇÃO	R\$ MIL		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/DEZ/2009
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	10	10
- Contas a receber de clientes de demais contas a receber (ii)	454.499	-	454.499
- Caixa e equivalentes de caixa	71.389	-	71.389
Em 31 de dezembro de 2009	525.888	10	525.898

(i) Compõe a carteira de ativos do fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 8.

(ii) Corresponde aos saldos de concessionárias e permissionárias, devedores diversos, fundo para descomissionamento e depósitos vinculados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
DESCRIÇÃO	R\$ MIL		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 01/JAN/2009
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	6.166	6.166
- Contas a receber de clientes de demais contas a receber (ii)	332.829	-	332.829
- Caixa e equivalentes de caixa	119.727	-	119.727
Em 1º de janeiro de 2009	452.556	6.166	458.722

(i) Compõe a carteira de ativos do fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 8.

(ii) Corresponde aos saldos de concessionárias e permissionárias, devedores diversos, fundo para descomissionamento e depósitos vinculados.

4.4 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio do Banco do Brasil S.A., ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por ele liderado.

Assim, as aplicações financeiras da Companhia representam recursos mantidos no Banco do Brasil Extra Mercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa que, oferece liquidez diária e são compostas principalmente de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

Abaixo a posição dos recursos de caixa e equivalentes de caixa:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Composição	R\$ MIL		
	31/DEZ/10	31/DEZ/09	01/DEZ/09
Caixa e bancos	2.473	7.650	15.650
Aplicações financeiras	76.898	63.739	104.077
SALDO	79.371	71.389	119.727

NOTA 6 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Em 10 de julho de 2001, foi assinado entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS o contrato de compra e venda de energia elétrica, associada às usinas Angra 1 e Angra 2, com vigência a partir de 1º de julho de 2001.

CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Energia contratada	Desvio positivo	Energia não despachada	TOTAL
Ativo circulante	161.923	30.404	-	192.327
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	91.710
TOTAL EM 01/JAN/2009	161.923	97.426	24.688	284.037
Ativo circulante	236.472	-	-	236.472
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	91.710
TOTAL EM 31/DEZ/2009	236.472	67.022	24.688	328.182
Ativo circulante	176.872	-	-	176.872
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	91.710
TOTAL EM 31/DEZ/2010	176.872	67.022	24.688	268.582

A ELETRONUCLEAR possui aproximadamente R\$ 23 milhões em faturas caucionadas correspondentes à venda de energia elétrica, em função de processos tributários movidos contra a Companhia, os quais se encontram detalhados na Nota 18.

O faturamento do desvio de suprimento e da energia disponibilizada, mas não despachada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, monta ao valor líquido de R\$ 91.710 mil, contabilizado a valores históricos no ativo não circulante - realizável a longo prazo e refere-se ao suprimento de energia do período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento à FURNAS. De acordo com as cláusulas contratuais, tal valor será pago por FURNAS à Companhia, cinco dias úteis após a mesma receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE) os recursos provenientes da comercialização dessa energia.

NOTA 7 - ESTOQUE

a) Elementos de combustível nuclear, concentrado de urânio e serviços em curso para sua transformação

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante realizável a longo prazo, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Após concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante realizável a longo prazo, a parcela restante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento.

Abaixo, quadro com a composição do saldo do combustível nuclear:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Concentrado de urânio	Elementos prontos	Serviços em curso	TOTAL
Ativo Circulante	-	286.903	-	286.903
Ativo não circulante	104.442	141.888	214.751	461.081
TOTAL EM 01/JAN/2009	104.442	428.791	214.751	747.984
Ativo Circulante	-	324.634	-	324.634
Ativo não circulante	111.199	239.771	137.161	488.131
TOTAL EM 31/DEZ/2009	111.199	564.405	137.161	812.765
Ativo Circulante	-	297.972	-	297.972
Ativo não circulante	65.179	392.133	66.645	523.957
TOTAL EM 31/DEZ/2010	65.179	690.105	66.645	821.929

b) Material de almoxarifado

Devido às características próprias e específicas dos projetos de usinas nucleares e, considerando serem seus componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, reduzida e na sua quase totalidade adquirida do exterior, é necessário que se mantenha em estoque uma gama de material adequado e compatível às necessidades específicas a cada usina, de modo a garantir a sua *performance* e fluxo contínuo de operação.

Em 31 de dezembro de 2010, o montante das contas de material de almoxarifado no ativo circulante e não circulante totaliza R\$ 331.583 mil (R\$ 307.882 mil - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 295.374 mil – 1º de janeiro de 2009).

NOTA 8 - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2, foi constituído contabilmente um passivo com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 16.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à ELETROBRAS.

A ELETRONUCLEAR apresentou em dezembro de 2007, à ELETROBRAS, os valores estimados do passivo para o descomissionamento, para permitir àquela controladora a realização dos cálculos das parcelas a serem recolhidas ao fundo financeiro a partir de 2008, de modo que, ao final da vida útil econômica de cada usina, esse fundo, com os respectivos rendimentos a serem auferidos, atinja os montantes estabelecidos em US\$ 307 milhões para Angra 1 e US\$ 426 milhões para Angra 2.

Em 15 de janeiro de 2008, a ELETROBRAS fixou as diretrizes para a implementação do fundo financeiro, informando a conta-corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamentos à ELETROBRAS para os devidos recolhimentos ao fundo financeiro para o descomissionamento, com os depósitos da primeira quota, das vinte e cinco estabelecidas no parcelamento para os valores de competência dos exercícios de 2005 a 2007 e da primeira quota da parcela relativa ao exercício de 2008.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE. A seguir, demonstramos o detalhamento da carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009	01/JAN/2009
Conta corrente	14	14	13
Operações compromissadas	-	20	-
Letra Financeira do Tesouro	102.604	66.696	35.686
Ajuste Mercado Futuro:			
- Diferencial de swap a receber	-	-	6.783
- Dólar Comercial Futuro	(1.019)	10	(617)
	(1.019)	10	6.166
Outros	(5)	(2)	(5)
Subtotal	101.594	66.738	41.860
Dólar Comercial Futuro	1.019	-	617
TOTAL	102.613	66.738	42.477

As margens negativas das operações com dólar futuro estão classificadas no passivo não circulante – Outras obrigações. O valor do ajuste, em 31 de dezembro de 2010, monta R\$ 1.019 mil, em 31 de dezembro de 2009 o saldo apresentava-se positivo e, em 01 de janeiro de 2009, o ajuste foi de R\$ 617 mil.

A ELETROBRAS fixou o montante a ser depositado no exercício de 2010 em R\$ 31.510 mil.

Mensalmente a ELETROBRAS informa à ELETRONUCLEAR os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Nos exercícios de 2010 e 2009, o fundo gerou resultado negativo em função dos seus ativos estarem vinculados ao dólar norte-americano, que nestes períodos apresentaram desvalorização em relação ao Real.

Abaixo, o quadro da composição do fundo para o descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO			
DESCRIPTIVO	R\$ MIL		
	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009	01/JAN/2009
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	23.559	15.927	7.286
Quotas de 2008 a 2010	87.923	56.437	26.098
Total de quotas recolhidas	111.482	72.364	33.384
Ganhos / (perdas) líquidas auferidas	(9.888)	(5.626)	8.476
Patrimônio líquido do fundo	101.594	66.738	41.860
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	1.019	-	617
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	102.613	66.738	42.477

NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças temporárias e existência de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.647.250 mil (R\$ 1.864.919 mil - 31 de dezembro de 2009) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.884.946 mil (R\$ 1.847.318 mil - 31 de dezembro de 2009). A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa por não apresentar histórico de rentabilidade.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social e a composição dos impostos diferidos passivos encontram-se detalhados na Nota 19.

NOTA 10 - IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

Abaixo, quadro com a composição do imobilizado:

DESCRIPTIVO	IMOBILIZADO POR UNIDADE - R\$ MIL				
	31/DEZ/2010			31/DEZ/2009	01/JAN/2009
	Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
EM SERVIÇO					
Angra 1	1.867.847	(754.881)	1.112.966	1.036.923	292.075
Angra 2	5.427.503	(1.719.218)	3.708.285	3.839.522	3.874.620
Outros	139.878	(53.442)	86.436	45.839	40.862
	7.435.228	(2.527.541)	4.907.687	4.922.284	4.207.557
EM CURSO					
Angra 1	148.353		148.353	126.111	527.172
Angra 2	63.346		63.346	47.316	36.402
Angra 3	875.642		875.642	532.563	396.326
Outros	29.356		29.356	30.757	99.652
	1.116.697		1.116.697	736.747	1.059.552
TOTAL	8.551.925	(2.527.541)	6.024.384	5.659.031	5.267.109
Obrigações especiais vinculadas à concessão	(47.551)	47.409	(142)	(659)	(2.245)
VALOR LÍQUIDO	8.504.374	(2.480.132)	6.024.242	5.658.372	5.264.864

Abaixo, quadro da movimentação do imobilizado:

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO 2009 - R\$ MIL					
DESCRIPTIVO	SALDO 01/JAN/2009	ADIÇÕES	TRANSF. P/SERVIÇO	BAIXAS E OUTROS	SALDO 31/12/2009
Em curso	1.100.929	538.914	(963.487)	60.389	736.745
Em serviço custo	6.268.993	-	963.487	(5.283)	7.227.197
Em serviço depreciação	(2.102.813)	(206.007)	-	3.909	(2.304.911)
Em serviço	4.166.180	(206.007)	963.487	(1.374)	4.922.286
TOTAL BRUTO	5.267.109	332.907	-	59.015	5.659.031
Obrigações especiais vinculadas à concessão	(2.245)	1.586	-	-	(659)
VALOR LÍQUIDO	5.264.864	334.493	-	59.015	5.658.372
MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO 2010 - R\$ MIL					
DESCRIPTIVO	SALDO 31/DEZ/2009	ADIÇÕES	TRANSF. P/SERVIÇO	BAIXAS E OUTROS	SALDO 31/12/2010
Em curso	736.745	597.166	(216.457)	(759)	1.116.695
Em serviço custo	7.227.197	-	216.457	(8.426)	7.435.228
Em serviço depreciação	(2.304.911)	(226.090)	-	3.462	(2.527.539)
Em serviço	4.922.286	(226.090)	216.457	(4.964)	4.907.689
TOTAL BRUTO	5.659.031	371.076	-	(5.723)	6.024.384
Obrigações especiais vinculadas à concessão	(659)	517	-	-	(142)
VALOR LÍQUIDO	5.658.372	371.593	-	(5.723)	6.024.242

a) Análises para fins de *Impairment*

A Administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais desgastes desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinada a mensuração de eventuais perdas. Quando não é possível, ou quando impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto posterior à tributação, que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos. O período de vida econômica das usinas Angra 1 e Angra 2 considerado, para fins de *impairment*, foi de quarenta anos, em função principalmente das melhorias significativas efetuadas nas usinas para extensão de suas vidas úteis, como a troca dos seus geradores de vapor ocorridas em 2009.

Os resultados encontrados nos estudos desenvolvidos para o presente balanço, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "*impairment*" na ELETRONUCLEAR.

b) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental expedido pelo IBAMA e Licenciamento Nuclear pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP) emitida pela CNEN em 1994 e renovada em 17 de setembro de 2010, válida por 14 anos. Não possui licença emitida pelo IBAMA, pois à época da sua construção não havia a exigência do licenciamento ambiental. Para regularizar esta situação, foi elaborado um Plano de Controle Ambiental (PCA), que está em análise no IBAMA.

A Usina Angra 2, por sua vez, possui uma Autorização para Operação Inicial (AOI) da CNEN, sendo a última renovação concedida em 23 de julho de 2010 e válida até 31 de maio de 2011. Em 1999, o IBAMA emitiu a Licença de Operação LO nº 047/99, exclusivamente para o comissionamento da usina (testes de funcionamento dos equipamentos). Essa licença foi renovada no ano 2000, porém uma segunda renovação não foi mais concedida devido a um questionamento do Ministério Público Federal (MPF). Em consequência, foi assinado em 2001 um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TCAC).

De acordo com o setor de Meio Ambiente da ELETRONUCLEAR, bem como pela interpretação do Parecer Técnico do IBAMA, acima referenciado, o TCAC já foi cumprido na íntegra. Entretanto, o Ministério Público ainda não se pronunciou definitivamente sobre o assunto. O encerramento do TCAC possibilitará ao IBAMA expedir a Licença de Operação (LO), e à CNEN conceder a Autorização de Operação Permanente (AOP).

c) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621 de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação, deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

Para o exercício de 2010, a taxa aprovada para desconto a valor presente para o sistema ELETROBRAS, foi fixada em 5,65% ao ano e para 2009, a taxa fixada foi de 6,37 % ao ano. A Companhia realizou a atualização do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento no valor total de R\$ 154.880 mil, sendo R\$ 45.860 mil, referentes ao exercício de 2010 e R\$ 108.020 mil de competência de 2009. Esses valores foram incluídos ao ativo imobilizado em contrapartida ao passivo para descomissionamento.

d) Empreendimento Angra 3

O projeto da usina Angra 3 teve seu início na década de 80 e, por questões de prioridades governamentais, teve suas atividades de construção interrompidas do período de setembro de 1982 até julho de 2008. Durante todo esse período ocorreram apropriações de gastos administrativos e financeiros.

Para a adequação deste projeto às práticas contábeis atuais, foi realizada a baixa contábil do valor de R\$ 1.293.147 mil, sendo R\$ 5.741 mil em 2009 e o restante no saldo de abertura (1º de janeiro de 2009), conforme detalhado na Nota 2.1 (d), correspondente a tais gastos (financeiros e administrativos) apropriados durante o período de interrupção das obras. Com essa baixa, o valor residual, somado ao custo previsto para o término da usina, totalizará o montante, devidamente compatível com os estudos de viabilidade realizados. A contabilização desta baixa foi realizada em contrapartida à conta do patrimônio líquido – lucros (prejuízos) acumulados.

As obras de construção da usina Angra 3 encontram-se em pleno desenvolvimento, apresentando, resumidamente, a seguinte situação em 31 de dezembro de 2010:

• Processo de licenciamento ambiental

Com relação ao licenciamento ambiental, não existem quaisquer restrições para a continuidade das obras, tendo em vista que a Licença Prévia e a Licença de Instalação já foram expedidas pelo IBAMA, respectivamente, em junho de 2008 e março de 2009, depois de cumpridos todos os trâmites do processo de licenciamento ambiental.

• Processo de licenciamento nuclear

Também em março de 2009, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN emitiu a 1ª Licença Parcial de Construção, o que permitiu que a ELETRONUCLEAR iniciasse as atividades preparatórias no local de construção da usina, quais sejam: a execução do concreto de regularização da cava de fundações das edificações da planta e a impermeabilização das fundações do edifício do reator (UJB) e do edifício auxiliar do reator (UKA).

Em 2010, a CNEN emitiu uma série de licenças e autorizações, permitindo à ELETRONUCLEAR iniciar a execução de diversas atividades do cronograma executivo das obras, a saber:

- 2ª Licença Parcial de Construção: Expedida em 11 de março de 2010, autorizando a construção de estruturas não nucleares:
 - Edifícios de administração principal (UYA)

- Edifício de administração auxiliar (UYB)
 - Portaria principal (UYF)
 - Oficina fria e depósito convencional (UST)
 - Almojarifado eletromecânico (4USU)
 - Estação de tratamento de esgoto (UGV)
 - Tanques coletores e separadores de óleo (1UGX e 2UGX)
 - Bases dos transformadores reservas (BAT e BBT)
- 3ª Licença Parcial de Construção: Expedida em 29 de março de 2010, autorizando a construção do edifício da turbina;
- Licença de Construção: Expedida em 31 de maio de 2010 autorizando a concretagem da laje de fundação do edifício do reator (UJB), condicionada à submissão, por parte da ELETRONUCLEAR à CNEN, de projetos e cálculos para as etapas seguintes da obra. Nesse contexto, a CNEN emitiu em 2010 as seguintes autorizações para serviços de concretagem:
- 31 de maio de 2010: Laje de fundação do edifício do reator (UJB)
 - 27 de setembro de 2010: Laje de fundação do edifício de controle (UBA)
 - 15 de outubro de 2010: Laje de fundação do edifício auxiliar do reator (UKA)
 - 08 de dezembro de 2010: Paredes e pilares até Elevatória + 1,74 m do edifício de controle (UBA).

• **Comercialização da energia a ser gerada pela usina**

A regulamentação dos mecanismos de comercialização da energia, a ser gerada por Angra 3 foi um importante marco alcançado no tocante à estruturação do empreendimento, haja vista que tal regulamentação era uma das principais condicionantes para a obtenção de financiamento junto a agentes financeiros nacionais e internacionais.

Em 22 de junho de 2010, a Secretaria de Planejamento do Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria SP-MME nº 12/2010, que fixou a garantia física de Angra 3 em 1.214,2 MW_{médios}, tendo por base a potência bruta da usina em 1.405 MW.

Em 23 de junho de 2010, o Ministério de Minas e Energia (MME) expediu a Portaria nº 586/2010, que autorizou a celebração de contrato de venda de energia entre a ELETRONUCLEAR e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e estabeleceu o seguinte:

- Tipo de contrato: Energia de reserva
- Energia contratada: 1.184 MW_{médios}
- Início de entrega de energia: 2016
- Preço da energia: Não superior a R\$ 148,65 / MWh (Base: Dez-2009)

Em fins de 2010, o MME expediu novo documento relativo à comercialização da energia de Angra 3: Portaria MME nº 980/2010 de 21 de dezembro de 2010, detalhando a portaria anterior, estabelecendo a data de entrega de energia em 01 de janeiro de 2016 e mantendo o preço de venda.

- **Contrato de longo prazo para fornecimento do combustível nuclear**

Em 24 de setembro de 2010, após um longo período de negociações, que teve início em janeiro de 2009, a ELETRONUCLEAR e a Indústrias Nucleares do Brasil – INB assinaram o contrato de longo prazo para o fornecimento do combustível nuclear para Angra 3. É importante destacar que o estabelecimento desse contrato também era condicionante para a obtenção de financiamentos para o empreendimento. Os principais valores finais deste contrato, na base maio de 2009 são:

- 1º Núcleo de combustível: R\$ 634 milhões
- 29 Recargas: R\$ 5,4 bilhões
- Custo médio do combustível: ~ R\$ 18,64 / MWh

- **Estrutura de financiamento**

A estruturação do financiamento foi, em 2010, um dos focos principais da ELETROBRAS, a quem cabe as definições quanto à distribuição das fontes para suportar a implantação de Angra 3. A composição de recursos para o financiamento do empreendimento prevê a seguinte distribuição:

- Recursos BNDES: Após longo período de negociações envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ELETROBRAS e ELETRONUCLEAR, em 30 de dezembro de 2010, a diretoria do BNDES aprovou a concessão de empréstimo no montante de R\$ 6,15 bilhões a ser amortizado em 30 anos. Essa fonte destina-se à cobertura de 80% dos itens financiáveis pelo agente, envolvendo serviços de engenharia e consultoria no mercado nacional, fornecimentos de equipamentos, componentes e materiais do escopo nacional de suprimentos e, se for o caso, os impostos incidentes sobre aquisições de equipamentos e materiais do escopo importado;
- Recursos RGR: Empréstimo de R\$ 890 milhões da ELETROBRAS, correspondendo a 10% da disponibilidade da Reserva Global de Reversão – RGR de cerca de R\$ 9 bilhões ao final de 2010;
- Captação Externa: Em 01 de fevereiro de 2010, a Agência Alemã de Crédito de Exportação - HERMES aprovou o seguro envolvido na concessão de empréstimos internacionais para execução de serviços internacionais e para fornecimentos de equipamentos e materiais importados para Angra 3.

Em abril de 2010, a ELETRONUCLEAR encaminhou à ELETROBRAS minuta de “Carta Consulta” ao COFIEX-SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, referente à apreciação deste quanto ao financiamento externo. Após adequações pela ELETROBRAS, o documento foi formalmente encaminhado ao MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que está, no presente, o avaliando.

Em 11 de novembro de 2010, a ELETROBRAS enviou carta convite a instituições financeiras nacionais e estrangeiras solicitando apresentação de propostas referentes ao financiamento em questão, no montante equivalente a EUR 1,51 bilhões, destinados à cobertura de 85% do contrato internacional com a AREVA para o fornecimento de equipamentos e materiais importados e para a execução dos serviços estrangeiros de engenharia.

O certame de consultas foi encerrado em 30 de dezembro de 2010, tendo sido declarada vencedora a proposta apresentada pelo banco francês *Société Générale*, liderando um consórcio com mais cinco bancos. Essa proposta está sendo detalhadamente avaliada pela ELETROBRAS e ELETRONUCLEAR.

- **Isenção de tributos federais**

Além de já contar com isenções de PIS e COFINS para as aquisições de equipamentos e materiais, obtidas através do Decreto N° 6.144/2007, no âmbito do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, em fins de 2010, o empreendimento Angra 3 passou a usufruir da isenção de dois outros tributos federais.

A Medida Provisória N° 517/2010, aprovada em 30 de dezembro de 2010, criando o Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares – RENUCLEAR, que ainda carece de regulamentação por parte do MME, possibilitará a desoneração dos seguintes tributos:

- IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados: Equipamentos e materiais nacionais e importados;
- II - Imposto sobre Importação: Equipamentos e materiais importados (sem similar nacional).

O alívio fiscal proporcionado pelo RENUCLEAR significará uma redução de cerca de R\$ 700 milhões nos custos de implantação de Angra 3.

- **Renegociações contratuais**

Em 2010, deu-se continuidade aos processos de renegociações dos principais contratos para suprimentos nacionais e do contrato internacional com a AREVA para o fornecimento de bens e serviços importados, que haviam sido assinados em fins da década de 1970 e início da década de 1980.

Essas medidas atendem às resoluções do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE n° 08/2002 e n° 03/2007, que respectivamente, determina que se procedam as renegociações e determina a retomada da construção de Angra 3.

No tocante ao contrato com a AREVA, para o fornecimento de serviços estrangeiros e suprimento de equipamentos e materiais importados, cuja assinatura é prevista para o início de 2011, basicamente foram acordadas a abrangência do escopo, adequadas às cláusulas da legislação ora vigente (Lei 8.666), bem como todas as condições técnicas e comerciais.

- **Obras Civis**

Em 1º de junho de 2010, ocorreu o marco zero da retomada da construção da usina, caracterizado pelo início da execução da laje de fundação do edifício do reator.

As principais atividades desenvolvidas em 2010, relacionadas às obras civis, focaram na execução de armadura e de concreto estrutural, à medida que as autorizações da CNEN foram sendo concedidas.

As atividades de concretagem correspondem a dispêndios de diversos recursos, quais sejam: topografia, instalação da armadura de aço, instalação dos embutidos, instalação de formas e respectivos cimbramentos e, finalmente, a deposição do concreto.

Em termos de volume de concreto executado em 2010, comparando-o com o histograma de concreto previsto no contrato de construção civil com a Construtora Andrade Gutierrez para a conclusão das obras, atingiu-se o progresso de cerca de 10%.

NOTA 11 – INTANGÍVEL

O ativo não circulante - intangível da Companhia compõe-se, basicamente, da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3 e, de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL 2009 - R\$ MIL					
DESCRITIVO	SALDO 01/JAN/2009	ADIÇÕES	TRANSF. P/SERVIÇO	BAIXAS E OUTROS	SALDO 31/12/2009
Em curso	20.604	3.981	(15.695)	5.632	14.522
Em serviço - custo	23.912	-	15.695	-	39.607
Em serviço - amortização	(19.235)	(4.987)	-	-	(24.222)
Total em serviço	5.017	(4.987)	15.695	-	15.385
TOTAL LÍQUIDO	25.621	(1.006)	-	5.632	29.907
MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL 2010 - R\$ MIL					
DESCRITIVO	SALDO 31/DEZ/2009	ADIÇÕES	TRANSF. P/SERVIÇO	BAIXAS E OUTROS	SALDO 31/12/2010
Em curso	14.522	5.346	(9.932)	1.517	11.453
Em serviço - custo	39.607	-	9.932	3.884	53.423
Em serviço - amortização	(24.222)	(6.388)	-	(96)	(30.706)
Total em serviço	15.385	(6.388)	9.932	3.788	22.717
TOTAL LÍQUIDO	29.907	(1.042)	-	5.305	34.170

NOTA 12 - FORNECEDORES

O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.

A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras já processadas, desde seus registros até 31 de dezembro.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Varição cambial	Provisão de serviços	TOTAL
Nacional	98.467	-	40.176	138.643
Exterior	27.244	5.616	21.990	54.850
TOTAL EM 01/JAN/2009	125.711	5.616	62.166	193.493
Nacional	105.965	-	134.734	240.699
Exterior	45.925	(4.609)	-	41.316
TOTAL EM 31/DEZ/2009	151.890	(4.609)	134.734	282.015
Nacional	58.533	-	45.951	104.484
Exterior	13.958	(1.542)	69.402	81.818
TOTAL EM 31/DEZ/2010	72.491	(1.542)	115.353	186.302

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos, na sua totalidade contratados com a ELETROBRAS, registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, são:

a) Natureza dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos em moeda estrangeira referem-se a repasse de financiamentos contraídos junto aos bancos alemães *DRESDNER BANK* e *KFW*, aplicados na construção da usina Angra 2.

Também foram contraídos com a ELETROBRAS financiamentos em moeda nacional para as diversas etapas de melhoramentos da usina Angra 2 e para a troca dos geradores de vapor da usina Angra 1.

b) Transformação em adiantamentos para futuro aumento de capital

Em 16 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da ELETROBRAS aprovou a transformação em adiantamentos para futuro aumento de capital os créditos detidos pela ELETROBRAS junto à ELETRONUCLEAR. As informações detalhadas estão divulgadas na Nota 17.

c) Quadro dos empréstimos e financiamentos por moeda

DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR MOEDA - ELETROBRAS - R\$ MIL								
	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	PRINCIPAL		TOTAL	PRINCIPAL		TOTAL	PRINCIPAL		TOTAL
	C.PRAZO	L.PRAZO		C.PRAZO	L.PRAZO		C.PRAZO	L.PRAZO	
EM EURO									
Bancos alemães	43.075	42.813	85.888	48.626	96.359	144.985	62.987	186.667	249.654
Total	43.075	42.813	85.888	48.626	96.359	144.985	62.987	186.667	249.654
EM REAL									
ANGRA 1,2 e 3	7.525	505.957	513.482	1.668	1.510.991	1.512.659	1.439	1.332.761	1.334.200
Capital de Giro	-	1	1	20.009	1.436.091	1.456.100	1.409	1.312.671	1.314.080
Total	7.525	505.958	513.483	21.677	2.947.082	2.968.759	2.848	2.645.432	2.648.280
TOTAL GERAL	50.600	548.771	599.371	70.303	3.043.441	3.113.744	65.835	2.832.099	2.897.934

d) Quadro das mutações dos empréstimos e financiamentos

MUTAÇÕES DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ELETROBRAS	EM R\$ MIL				
	MOEDA NACIONAL		MOEDA ESTRANGEIRA		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 01 de janeiro de 2009	2.848	2.645.432	62.987	186.667	2.897.934
Ingressos	-	143.155	-	-	143.155
Encargos - resultado	335.900	-	24.665	-	360.565
Encargos - investimento	9.369	-	-	-	9.369
Varição monetária e cambial	(8)	(26.298)	(16.942)	(39.895)	(83.143)
Transferência para o circulante	20.049	(20.049)	50.413	(50.413)	-
Incorporação de encargos ao principal	(204.842)	204.842	-	-	-
Amortização	(141.639)	-	(72.497)	-	(214.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	21.677	2.947.082	48.626	96.359	3.113.744
Ingressos	259.978	48.288	-	-	308.266
Encargos - resultado	375.589	-	14.250	-	389.839
Encargos - investimento	16.500	-	-	-	16.500
Varição monetária e cambial	192	191.070	(5.906)	(11.106)	174.250
Transferência para o circulante	15.677	(15.677)	42.440	(42.440)	-
Incorporação de encargos ao principal	(289.045)	289.045	-	-	-
Transformação em adiantamento para futuro aumento de capital	(293.556)	(2.953.850)	-	-	(3.247.406)
Amortização	(99.487)	-	(56.335)	-	(155.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.525	505.958	43.075	42.813	599.371

e) Principais indicadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos com as respectivas variações percentuais

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ELETROBRAS - VARIAÇÕES DOS INDICADORES						
MOEDAS E INDICADORES	31/DEZ/10	31/DEZ/09	VARIAÇÃO PERCENTUAL	31/DEZ/09	01/JAN/09	VARIAÇÃO PERCENTUAL
EURO x R\$	2,22800	2,50733	-11,14%	2,50733	3,23815	-22,57%
IGPM2	581,446	522,305	11,32%	522,305	531,442	-1,72%

f) Dívida total dos empréstimos e financiamentos com seus vencimentos programados

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ELETROBRAS POR VENCIMENTOS			
ANO	R\$ MIL		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2009	-	-	65.835
2010	-	70.303	82.105
2011	50.600	69.777	82.411
2012	80.760	129.537	128.214
2013	38.507	118.011	76.650
2014	38.727	93.935	78.538
2015	38.727	77.617	62.757
Após 2015	352.050	2.554.564	2.321.424
TOTAIS	599.371	3.113.744	2.897.934

NOTA 14 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A seguir a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais, que se apresentam consignados no passivo circulante e não circulante, na sua totalidade a vencer e sem registro de qualquer inadimplência.

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	R\$ MIL					
	31/DEZ/2010		31/DEZ/2009		01/JAN/2009	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Pasep e Cofins	12.302	-	15.980	-	12.761	-
Pasep e Cofins parcelamento	12.832	18.939	11.870	29.746	10.832	38.639
IPTU CNAAA - parcelamento	5.585	33.509	5.286	37.008	5.086	40.689
II - imposto de importação	3.302	-	3.216	-	2.218	-
IRRF - juros ELETROBRAS	3.350	-	6.084	-	6.697	-
Cosirf	5.765	-	2.182	-	1.793	-
CIDE s/serviços no exterior	2.539	-	2.516	-	1.173	-
INSS	9.893	-	6.762	-	6.109	-
INSS - parcelamento	2.109	2.885	2.029	4.733	1.953	6.903
ISS sobre importação	1.089	-	2.862	-	1.135	-
FGTS	3.242	-	3.115	-	2.186	-
Outros	3.281	-	3.934	-	1.125	172
TOTAIS	65.289	55.333	65.836	71.487	53.068	86.403

NOTA 15 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Dentre os benefícios mantidos pela ELETRONUCLEAR em favor de seus empregados constam os seguintes planos:

a.1) Plano de aposentadoria e pensões

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que têm por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

A REAL GRANDEZA tem como suas Patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido - BD e outro na modalidade de Contribuição Definida - CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD.

O quadro a seguir demonstra o número de participantes:

	SISTEMA FRG		ELETRONUCLEAR	
	2010	2009	2010	2009
- Ativos	3.505	3.520	751	758
- Assistidos	5.537	5.632	311	307
- Beneficiários	1.213	1.148	44	41
TOTAL	10.255	10.300	1.106	1.106

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

As contribuições normais da ELETRONUCLEAR à REAL GRANDEZA, apropriadas no exercício para a constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD, atingiram R\$ 13.674 mil (R\$ 12.146 mil - 31 de dezembro de 2009).

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 3.324 mil (R\$ 2.953 mil - 31 de dezembro de 2009) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

II) NUCLEOS

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 8,25% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 3,92% correspondente ao custo normal e 4,33% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.

Considerando, ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para a entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da Patrocinadora e dos participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33%, vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS, para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais, a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

O quadro a seguir demonstra o número de participantes:

	SISTEMA NUCLEOS		ELETRONUCLEAR	
	2010	2009	2010	2009
- Ativos	3.157	2.960	1.467	1.371
- Assistidos	998	960	153	208
- Beneficiários	229	196	44	43
TOTAL	4.384	4.116	1.664	1.622

As contribuições normais ao Instituto NUCLEOS, apropriadas, no exercício, para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder, atingiram R\$ 11.953 mil (R\$ 10.093 mil - 31 de dezembro de 2009).

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

a.2) Programa de Assistência à Saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o aos inativos e pensionistas. Em função da estrutura de custeio adotada, os inativos e pensionistas são beneficiados com um subsídio indireto, dado que o prêmio é calculado coletivamente.

a.3) Seguro de vida em grupo

A Companhia subsidia 75 % do custo anual de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade. Essa apólice, com vigência até 31 de dezembro de 2009, permitia a adesão de empregados aposentados que arcavam com a integralidade do prêmio estabelecido. Como o prêmio é unificado para ambas as categorias de benefícios, o subsídio da Companhia para a massa ativa acaba sendo indiretamente transferido para o custeio de parte do prêmio atribuível à massa inativa, também gerando compromissos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não mais concedia esse tipo de benefício pós-emprego.

15.1) Cálculos do passivo atuarial

a) A composição do passivo atuarial registrado no balanço patrimonial é:

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL			
DESCRIÇÃO	R\$ MIL		
	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009	01/JAN/2009
Dívidas contratadas - FRG - circulante	30.264	26.050	24.656
Dívidas contratadas - FRG - não circulante	53.471	76.809	102.052
	83.735	102.859	126.708
Provisão de benefícios de aposentadoria -Nucleos	-	-	54.426
Assistência médica para aposentados	34.494	46.940	31.059
Seguro para aposentados	-	16.782	14.318
	34.494	63.722	99.803
TOTAL	118.229	166.581	226.511

b) A movimentação do passivo atuarial pode ser assim demonstrada:

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL		
DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2010	2009
Em 1º de janeiro	166.581	226.511
Custo do serviço corrente	8.150	28.308
Juros sobre obrigações atuariais	6.862	48.342
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(41.089)
Reconhecimento de ganhos / perdas atuariais	(24.990)	(72.505)
Contribuições de patrocinadores	(19.251)	(15.555)
Pagamentos - confissão de dívida	-	(27.649)
Juros - confissão de dívida	(19.123)	20.218
Em 31 de dezembro	118.229	166.581

c) A movimentação da obrigação do benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DO BENEFÍCIO DEFINIDO				
DESCRIÇÃO	R\$ MIL			
	FRG	NUCLEOS	SAÚDE	SEGURO
Em 1º de janeiro de 2009	610.453	435.639	31.059	14.318
Custo do serviço corrente	12.421	11.840	970	258
Juros sobre obrigações atuariais	63.454	45.505	1.970	867
Contribuições de patrocinadores	(17.537)	(8.747)	(1.560)	-
Reconhecimento de ganhos / perdas atuariais	(32.603)	41.582	14.501	1.339
Em 31 de dezembro de 2009	636.188	525.819	46.940	16.782
Custo do serviço corrente	12.359	14.373	2.645	682
Juros sobre obrigações atuariais	62.128	51.761	5.056	1.807
Contribuições de patrocinadores	(19.806)	(8.925)	(2.195)	-
Reconhecimento de ganhos / perdas atuariais	70.497	(5.080)	(17.952)	(19.271)
Em 31 de dezembro de 2010	761.366	577.948	34.494	-

d) A movimentação do valor justo dos ativos do plano dos benefícios nos exercícios é a seguinte:

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	FRG	NUCLEOS
Em 1º de janeiro de 2009	566.021	381.213
Rendimento esperado	60.634	41.090
Ganho / perda atuarial dos ativos do plano	16.545	127.926
Contribuições de patrocinadores	28.015	13.996
Benefícios pagos	(17.537)	(8.747)
Em 31 de dezembro de 2009	653.678	555.478
Rendimento esperado	65.162	56.811
Ganho /perda atuarial dos ativos do plano	171.500	1.866
Contribuições de patrocinadores	12.023	5.011
Contribuições dos participantes	8.485	5.340
Benefícios pagos	(19.806)	(8.925)
Em 31 de dezembro de 2010	891.042	615.581

e) A composição dos ativos do plano em 31 dezembro de 2010 é a seguinte:

COMPOSIÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	FRG	NUCLEOS
Investimentos em fundos	840.066	555.137
Investimentos imobiliários	20.444	13.194
Empréstimos e financiamentos	28.612	7.264
Créditos privados e depósitos	2.686	17.208
Outros	(766)	22.778
TOTAL	891.042	615.581

f) A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

CONCILIAÇÃO DOS VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009	01/JAN/2009
Fundação Real Grandeza - FRG			
Valor presente das obrigações atuariais	761.366	636.188	610.453
Valor justo do ativo do plano	(891.042)	(653.678)	(566.021)
Deficit / (Superavit)	(129.676)	(17.490)	44.432
Limite CPC 33 - Parágrafo 58 (b) (*)	129.676	17.490	-
Limite da assunção de dívida (**)	-	-	(44.432)
Assunção de dívida FRG	83.735	102.859	126.708
PASSIVO LÍQUIDO	83.735	102.859	126.708

(*) Deduzido da conta "Ganho/perdas atuariais (Resultado abrangente)". Não há perdas atuariais não reconhecidas que poderiam ser compensadas com o superávit do plano, bem como a administração não utiliza como política compensar superávits com contribuições futuras. Dessa forma, o referido ativo não foi constituído.

(**) Passivo atuarial não reconhecido, pois o montante é inferior à dívida do plano de pensão ("Assunção de dívida FRG") presentemente reconhecida.

g) Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

RESULTADO E RESULTADO ABRANGENTE DOS PLANOS					
DESCRIPTIVO	R\$ MIL				
	FRG	NUCLEOS	SAÚDE	SEGURO	TOTAL
Em 2009					
Custo do serviço corrente	12.421	11.840	970	258	25.489
Juros sobre obrigações atuariais	63.454	45.505	1.970	867	111.796
Rendimento esperado	(60.634)	(41.090)	-	-	(101.724)
	15.241	16.255	2.940	1.125	35.561
Resultado abrangente	(11.441)	(56.685)	14.500	1.339	(52.287)
Em 2010					
Custo do serviço corrente	12.359	14.373	2.645	682	30.059
Juros sobre obrigações atuariais	62.128	51.761	5.056	1.807	120.752
Rendimento esperado	(65.162)	(56.811)	-	-	(121.973)
	9.325	9.323	7.701	2.489	28.838
Resultado abrangente	(7.918)	1.027	(17.951)	(19.271)	(44.113)

h) Premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções:

PREMISSAS UTILIZADAS	
HIPÓTESES ECONÔMICAS	
Taxa anual de juro atuarial real	6,00%
Taxa anual de inflação projetada	4,50%
Taxa esperada de retorno dos ativos	10,77%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%
Taxa anual real de evolução do custos médicos	1,00%
Taxa real de evolução dos benefícios	0,00%
Taxa real de evolução dos benefícios do regime geral	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	100,00%
HIPÓTESES ATUARIAIS	
Taxa de rotatividade	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca
% de casados na data da aposentadoria	10,77%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos

15.2 – ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS

a) Termo de reconhecimento e consolidação de dívidas

Em 14 de dezembro de 2000, a ELETRONUCLEAR celebrou com a Fundação um "Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças", no valor de R\$ 84.510 mil - base 31 de dezembro de 1999, consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais a partir de janeiro de 2001.

A remuneração da obrigação foi fixada em 6% ao ano e a última parcela possui vencimento em 26 de dezembro de 2012.

O saldo do termo de reconhecimento e consolidação de dívidas em 31 de dezembro de 2010, corresponde a R\$ 49.593 mil (R\$ 65.284 - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 85.760 mil - 1º de dezembro de 2009), dos quais R\$ 24.074 mil classificados no passivo circulante (R\$ 20.506 mil - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 19.604 mil – 1º de janeiro de 2009) e R\$ 25.519 mil no passivo não circulante (R\$ 44.778 mil - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 66.156 mil – 1º de janeiro de 2009).

b) Contrato de reserva a amortizar

Em 13 de outubro de 2003, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidades das mesmas, referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 32.775 mil, referidos a novembro de 2001. Este montante corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2010, monta R\$ 34.142 mil (R\$ 37.575 mil - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 40.948 mil – 1º de janeiro de 2009), dos quais R\$ 6.190 mil estão classificados no passivo circulante (R\$ 5.544 mil - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 5.052 mil – 1º de janeiro de 2009) e R\$ 27.952 mil no passivo não circulante (R\$ 32.031 mil - 31 de dezembro de 2009 e R\$ 35.896 mil – 1º de janeiro de 2009).

c) Dívida total por vencimento

TOTAL DÍVIDA COM A FRG	
VENCIMENTO	R\$ MIL
2011	30.263
2012	31.910
2013	6.773
2014	7.179
2015	7.610
TOTAL	83.735

NOTA 16 - DESCOMISSIONAMENTO DAS USINAS NUCLEARES

a) Constituição do Passivo

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas, para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes a desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento. O custo total estimado é descontado a valor presente com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado em contrapartida ao passivo para descomissionamento.

Anteriormente a esse instrumento legal, a formação dessa obrigação vinha sendo constituída em quotas mensais, durante a vida econômica da usina e complementada com ajuste a valor presente.

Para as usinas Angra 1 e Angra 2, em operação, foram realizados no exercício de 2009, os ajustes na forma de contabilização para atender à legislação em vigor. Esse ajuste não alterou o saldo do passivo para descomissionamento, uma vez que, no procedimento anterior esse saldo também representava o valor presente do valor total estimado para o descomissionamento.

As alterações tiveram influência apenas no Ativo Imobilizado, que recebeu o resultado da recomposição dos valores ao novo critério, deduzidos das contabilizações anteriores que eram realizadas diretamente no resultado.

O montante líquido contabilizado no ativo imobilizado de R\$ 21.318 mil foi feito em contrapartida a crédito no patrimônio líquido, na conta lucros (prejuízos) acumulados.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 375.968 mil (R\$ 323.326 mil em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 266.168 mil em 1º de janeiro de 2009).

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de descomissionamento:

PASSIVO PARA DESCOMISSIONAMENTO - R\$ MIL					
USINA	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	511.523	(274.554)	236.969	211.690	192.504
ANGRA 2	709.801	(570.803)	138.998	111.636	73.664
TOTAL	1.221.324	(845.357)	375.967	323.326	266.168

b) Ajuste a valor presente

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento, é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço. Para o exercício de 2008, a taxa utilizada foi de 8,57% ao ano, taxa essa fixada para o ajuste a valor presente de todas as empresas do sistema ELETROBRAS.

De acordo com o que estabelece a Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, as alterações de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação, que é o caso do descomissionamento, devem refletir em atualização do ajuste a valor presente desse passivo.

A taxa de desconto aprovada para o sistema ELETROBRAS em 31 de dezembro de 2010 foi fixada em 5,65% ao ano e 6,37% ao ano para 31 de dezembro de 2009. Considerando as novas regras da Interpretação Técnica ICPC 12, a Companhia realizou a atualização do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento no valor total de R\$ 154.880 mil, sendo esse montante adicionando ao ativo imobilizado.

c) Efeitos no resultado

O efeito líquido no resultado do exercício, decorrente das operações contábeis envolvendo o passivo para o descomissionamento é uma receita de R\$ 5.782 mil, conforme segue:

DESCOMISSIONAMENTO - DEZEMBRO 2010				
EFEITO LÍQUIDO DO PASSIVO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
ITEM RESULTADO	R\$ MIL			
	EFEITO	ANGRA 1	ANGRA 2	TOTAL
Variação cambial	Despesa	(9.118)	(4.809)	(13.927)
Ajuste a valor presente	Receita	12.904	6.805	19.709
RESULTADO LÍQUIDO	Despesa	3.786	1.996	5.782

NOTA 17 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Em 16 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da ELETROBRAS aprovou a transformação em adiantamentos para futuro aumento de capital e sua posterior integralização, dos créditos detidos pela ELETROBRAS junto à ELETRONUCLEAR, decorrentes do saldo devedor de financiamentos concedidos com recursos ordinários, no montante de R\$ 3.051.240 mil, em valores de 31 de outubro de 2010, a serem corrigidos até a data da efetiva liberação. Também através desse ato foi aprovada a concessão de um aporte financeiro à ELETRONUCLEAR, no valor de até R\$ 62.338 mil, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital, para cobertura de recursos em investimentos de máquinas e equipamentos destinados à manutenção das Usinas Angra 1 e Angra 2, bem como para substituições de equipamentos em caráter emergencial.

Em decorrência das aprovações acima descritas, em 28 de dezembro de 2010, foram celebrados entre ELETROBRAS e ELETRONUCLEAR os seguintes contratos:

- ECF-2889/2010 – Concessão da ELETROBRAS à ELETRONUCLEAR, com recursos ordinários, um adiantamento por conta de futuro aumento de capital, no valor de R\$ 3.051.240 mil, em valores de 31 de outubro de 2010, a ser corrigido até a data da efetiva liberação, 31 de dezembro de 2010. Em 29 de dezembro de 2010, a ELETROBRAS calculou e informou à ELETRONUCLEAR a atualização do valor do contrato para a data de 31 de dezembro de 2010, que passou a ser de R\$ 3.247.406 mil;
- CF-2893/2010 - Concessão da ELETROBRAS à ELETRONUCLEAR, com recursos ordinários, um adiantamento por conta de futuro aumento de capital, no valor de R\$ 62.338 mil.

NOTA 18 - CONTINGÊNCIAS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL		
	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009	01/JAN/2009
TRABALHISTAS			
Data-base dos engenheiros	15.732	15.732	15.732
Diferenças de remunerações	4.820	5.206	5.871
Planos Bresser e Collor e outros	4.414	4.656	2.828
Outras	690	444	263
	25.656	26.038	24.694
CÍVEIS			
Desapropriações	1.260	8.760	8.790
Responsabilidade civil	778	778	993
Outros	2.880	2.639	785
	4.918	12.177	10.568
TRIBUTÁRIAS			
Tributos federais	126	126	6.095
INSS	10.348	11.587	11.991
	10.474	11.713	18.086
AMBIENTAL			
Contecioso	3.826	-	-
TOTAL	44.874	49.928	53.348

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732 mil, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em 23 de maio de 1997, estando portanto correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros direitos" no ativo não circulante - realizável a longo prazo.

Conforme informações adicionais da Procuradoria Jurídica da Companhia, os processos judiciais movidos na condição de perda possível contra a Companhia, não provisionados, montam R\$ 104.027 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 103.858 mil - 31 de dezembro de 2009), sendo R\$ 33.227 mil de processos de natureza trabalhista (R\$ 36.526 mil - 31 de dezembro de 2009), R\$ 62.673 mil de ações tributárias (R\$ 62.673 mil - 31 de dezembro de 2009) e outros de natureza cível no valor de R\$ 4.597 mil (R\$ 4.659 mil - 31 de dezembro de 2009).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços supostamente incidente sobre importação de mercadorias e efetuado indevidamente pela Companhia, sendo o valor questionado de R\$ 47.505 mil.

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor total do auto de infração é de R\$ 6 milhões e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível.

Vale ressaltar que a Companhia manteve o critério de deduzir as despesas de descomissionamento das suas bases de apuração de imposto de renda e contribuição social.

Também informa a Procuradoria Jurídica, que os processos de contingência ativa com expectativa de ganho possível para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR, não provisionados, somam R\$ 8.124 mil (R\$ 8.124 mil - 31 de dezembro de 2009), referentes a processos tributários federais.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias que geram uma posição passiva, conforme composição abaixo:

DESCRIÇÃO	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - R\$ MIL								
	2010			2009			2008		
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente descomissionam.	76.082	211.339	287.421	85.767	238.244	324.011	130.217	361.713	491.930
Corr.monetária imobilizado 95 a 97	20.643	57.343	77.986	21.673	60.202	81.875	22.702	63.062	85.764
Registro imobilizado descomissionam.	1.745	4.846	6.591	1.832	5.088	6.920	1.918	5.330	7.248
Baixa despesas administrativas	(23.228)	(64.521)	(87.749)	(24.151)	(67.087)	(91.238)	(21.806)	(60.572)	(82.378)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(61.511)	(170.864)	(232.375)
Vari.cambial líquida não realizada	(4.787)	(13.298)	(18.085)	8.215	22.819	31.034	(12.928)	(35.911)	(48.839)
Provisão para previdência privada	(3.104)	(8.624)	(11.728)	(5.735)	(15.931)	(21.666)	(8.982)	(24.951)	(33.933)
Provisão para devedores duvidosos	(76)	(211)	(287)	(2.171)	(6.032)	(8.203)	(2.160)	(6.000)	(8.160)
Prov.atualização depósitos judiciais	378	1.051	1.429	378	1.051	1.429	372	1.033	1.405
Prov.para contingências judiciais	(3.067)	(8.518)	(11.585)	(3.085)	(8.570)	(11.655)	(3.387)	(9.410)	(12.797)
Prov.para desvalorização de títulos	(24)	(67)	(91)	(24)	(67)	(91)	(24)	(67)	(91)
Subtotal	2.534	7.041	9.575	20.671	57.418	78.089	44.411	123.363	167.774
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(760)	(2.112)	(2.872)	(6.200)	(17.226)	(23.426)	(13.315)	(37.000)	(50.315)
TOTAL	1.774	4.929	6.703	14.471	40.192	54.663	31.096	86.363	117.459

NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição acionária

SÍNTESE DO CAPITAL SOCIAL				
TIPO DE AÇÕES	DEZEMBRO/2010		DEZEMBRO/2009	
	Quantidade de ações	Valor do Capital Social - Reais -	Quantidade de ações	Valor do Capital Social - Reais -
Ordinárias	9.620.213.143	2.572.829.267,12	9.620.213.143	2.572.829.267,12
Preferenciais	2.704.168.333	723.202.628,44	2.704.168.333	723.202.628,44
TOTAL	12.324.381.476	3.296.031.895,56	12.324.381.476	3.296.031.895,56

As ações ordinárias são nominativas, com direito a voto.

As ações preferenciais são nominativas, sem direito a voto, não podendo ser convertidas em ações ordinárias, e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;

- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias sobre alterações no Estatuto.

Também de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido, ajustado segundo a Lei das Sociedades por Ações.

b) Reservas de capital

O saldo de reservas de capital existente em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$ 903.064 mil (R\$ 903.064 mil em 1º de janeiro de 2009) está sendo integralmente absorvido por parte do saldo dos prejuízos acumulados na forma da Lei das Sociedades Anônimas.

c) Reservas de lucros

O saldo de reservas de lucros existente em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$ 123.396 mil (R\$ 120.641 mil em 1º de janeiro de 2009) está sendo integralmente absorvido por parte do saldo dos prejuízos acumulados na forma da Lei das Sociedades Anônimas.

d) Dividendos

O Estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

O lucro líquido do exercício de 2009, ajustado, foi provisionado para distribuição na forma de dividendos, de acordo com o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial assinado com a controladora ELETROBRAS.

O quadro a seguir, demonstra o total dos dividendos provisionados, registrados no passivo circulante (mínimo obrigatório) e no patrimônio líquido (parcela excedente ao mínimo).

DESCRITIVO	R\$ MIL		
	AJUSTE EXERC. ANTERIORES - 2008 -	LUCRO DO EXERCÍCIO DE 2009	TOTAL PROPOSTO DIVIDENDOS
Base de cálculo dos dividendos	57.489	55.107	
(-) Reserva legal	-	2.755	
Saldo a distribuir	57.489	52.352	109.841
Dividendos a pagar (mínimo obrigatório)	-	27.460	27.460
Dividendo adicional proposto	57.489	24.892	82.381

A proposta de distribuição dos dividendos originalmente apurados em 2009, conforme quadro acima, foi aprovada na Assembléia Geral de 30 de abril de 2010.

NOTA 21 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA NO RESULTADO

a) Síntese das despesas de imposto de renda e contribuição social

SÍNTESE DAS DESPESAS DE IR E CSLL						
DESPESA	R\$ MIL					
	Imposto de renda		Contribuição Social		TOTAL	
	DEZ/10	DEZ/09	DEZ/10	DEZ/09	DEZ/10	DEZ/09
Corrente	(1.359)	(15.805)	(473)	(5.656)	(1.832)	(21.461)
Diferido	46.292	59.241	16.666	21.327	62.958	80.568
TOTAL	44.933	43.436	16.193	15.671	61.126	59.107

b) Imposto de renda e contribuição social corrente – efeito no resultado

O cálculo do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social segue demonstrado:

DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	DEZ/10	DEZ/09	DEZ/10	DEZ/09
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(195.879)	159.140	(195.879)	159.140
Adições				
Varição cambial passiva total - temporária	33.186	93.592	33.186	93.592
Ajuste a valor presente - descomissionamento	70.707	94.342	70.707	94.342
Varição cambial ativa liquidada - temporária	20.364	9.513	20.364	9.513
Realização var.cambial descomissionamento-líquida	157.771	126.709	157.771	126.709
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	29.788	20.602	29.788	20.602
Provisão atuarial benefício pós-emprego	14.885	20.604	14.885	20.604
Provisão para contingências	9.763	3.191	9.763	3.191
Multas não dedutíveis - pasesp e cofins parcelamento	-	373	-	-
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	16.832	373	16.832	-
Outras	2.454	1.460	2.057	1.157
	355.750	370.759	355.353	369.710
Exclusões				
Varição cambial ativa total - temporária	61.699	306.656	61.699	306.656
Varição cambial passiva liquidada - temporária	5.154	31.369	5.154	31.369
Provisão atuarial benefício pós-emprego	-	6.548	-	6.548
Reversão de provisão para contingências	9.949	-	9.949	-
Reversão de provisão para devedores duvidosos	23.412	-	23.412	-
Ajuste a valor presente - descomissionamento	50.998	14.488	50.998	14.488
Ajustes diversos pelos CPC	-	79.940	-	79.940
Outras	754	72	754	72
	151.966	439.073	151.966	439.073
Prejuízo fiscal / Base negativa da contribuição social	-	-	-	-
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	7.905	90.826	7.508	89.777
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	2.371	27.136	2.253	27.136
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	5.534	63.690	5.255	62.641
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado	1.359	15.805	473	5.656
Alíquota efetiva		10%		4%

A Companhia optou pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) em 2009 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2010 e 2009, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – efeitos no resultado

Imposto de Renda e e Contribuição Social Diferidos no Resultado de 2010	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a valor presente do descomissionamento - resultado	(19.700)	(1.773)	(4.925)	(6.698)
Ajuste a valor presente descomissionamento - valor cheio	55.095	4.959	13.774	18.733
Ajuste a valor presente variação cambial	11.877	1.069	2.969	4.038
Ajuste a vr presente do descomissionam. imobilizado-CPC	(154.889)	(13.940)	(38.722)	(52.662)
Variação cambial passiva não realizada - líquida	(144.467)	(13.002)	(36.117)	(49.119)
Baixa de despesas da administração central	10.264	924	2.566	3.490
Baixa de imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(11.438)	(1.029)	(2.860)	(3.889)
Ajuste de avaliação de ativo atuarial	29.228	2.631	7.307	9.938
Provisão para devedores duvidosos	23.281	2.095	5.820	7.615
Provisão para contingências Judiciais	206	19	52	71
Outros ajustes	(967)	(87)	(242)	(329)
sub/total	(201.510)	(18.134)	(50.378)	(68.512)
Compensação c/prejuízos fiscais exercícios anteriores	60.453	5.438	15.114	20.552
Sub-total após a compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(141.057)	(12.696)	(35.264)	(47.960)
Ajuste avaliação de ativo atuarial - Resultados abrangentes	(44.113)	(3.970)	(11.028)	(14.998)
TOTAL - em 31 de dezembro de 2010	(185.170)	(16.666)	(46.292)	(62.958)

Imposto de Renda e e Contribuição Social Diferidos no Resultado de 2009	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a valor presente do descomissionamento	(79.854)	(7.187)	(19.964)	(27.151)
Variação cambial ativa não realizada - líquida	234.921	21.143	58.730	79.873
Baixa de despesa de administração central	(26.061)	(2.345)	(6.515)	(8.860)
Baixa de Imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(11.438)	(1.029)	(2.860)	(3.889)
Baixa de custos da usina Angra 3	(5.741)	(517)	(1.435)	(1.952)
Baixa de Imobilizado - ajuste a valor presente	(21.318)	(1.919)	(5.330)	(7.249)
Ajuste a valor presente passivo descomissionamento	(414.025)	(37.262)	(103.506)	(140.768)
Provisão para benefícios pós-emprego	54.426	4.898	13.607	18.505
Ajuste de avaliação de ativo atuarial	(18.345)	(1.651)	(4.586)	(6.237)
Provisão para devedores duvidosos	(126)	(11)	(32)	(43)
Provisão para correção monetária depósitos judiciais	3.358	302	840	1.142
Provisão para contingências Judiciais	24	2	6	8
Outros ajustes	20.351	1.832	5.088	6.920
sub/total	(263.828)	(23.744)	(65.957)	(89.701)
Compensação c/prejuízos fiscais exercícios anteriores	79.148	7.123	19.788	26.911
Sub-total após a compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(184.680)	(16.621)	(46.169)	(62.790)
Ajuste avaliação de ativo atuarial - Resultados Abrangentes	(52.286)	(4.706)	(13.072)	(17.778)
TOTAL - em 31 de dezembro de 2009	(236.966)	(21.327)	(59.241)	(80.568)

NOTA 22 - CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2010	2009
Pessoal	(330.359)	(284.682)
Material	(41.900)	(38.583)
Matéria prima - consumo de combustível	(270.842)	(241.471)
Serviços de terceiros	(147.836)	(146.190)
Depreciação e amortização	(219.220)	(202.605)
Encargos de uso da rede elétrica	(51.095)	(50.492)
Outros custos	(25.935)	(25.841)
TOTAL	(1.087.187)	(989.864)

NOTA 23 - ENCARGOS FINANCEIROS

ENCARGOS FINANCEIROS E TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2010	2009
	GERAÇÃO	GERAÇÃO
Encargos financeiros contabilizados no resultado	411.802	376.655
(-) Transferências para o imobilizado em curso	16.499	9.389
Efeito líquido no resultado	395.303	367.266

NOTA 24 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Abaixo quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL								
SALDOS	31/DEZ/10						31/DEZ/09	01/JAN/09
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	TOTAL		
Concessionárias	-	268.582	-	-	-	268.582	328.182	284.037
Fundo descomissionam.	101.594	-	-	-	-	101.594	66.738	41.860
Contas a receber	3.611	2.325	-	-	-	5.936	6.948	2.835
Fornecedores	(3.337)	(1.237)	(133)	(97)	(124)	(4.928)	(1.642)	(5.003)
Financiamentos captados	(599.371)	-	-	-	-	(599.371)	(3.113.744)	(2.897.934)
Saldo Líquido	(497.503)	269.670	(133)	(97)	(124)	(228.187)	(2.713.518)	(2.574.205)
TRANSAÇÕES	31/DEZ/10						31/DEZ/09	01/JAN/09
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	TOTAL		
Venda de energia	-	1.782.371	-	-	-	1.782.371	1.677.069	1.569.817
Cessão de funcionários	6.103	-	-	-	-	6.103	5.295	3.629
IR s/fundo financeiro	1.589	-	-	-	-	1.589	-	-
Despesa financeira	(106.874)	-	-	-	-	(106.874)	(163.909)	(129.410)
Receita financeira	(4.263)	-	-	-	-	(4.263)	14.102	9.961
Encargos uso rede elétr.	-	(8.984)	(5.200)	(3.749)	(4.200)	(22.133)	(21.641)	(19.900)
Auditoria externa	(267)	-	-	-	-	(267)	-	(620)
R G R	(43.302)	-	-	-	-	(43.302)	(34.365)	(43.859)
Saldo Líquido	(147.014)	1.773.387	(5.200)	(3.749)	(4.200)	1.613.224	1.476.551	1.389.618

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 13.

NOTA 25 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu no exercício, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	45.586	42.792
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	7.885	7.520
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS	77	77
TOTAL	53.548	50.389

NOTA 26 - SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, fornecida à FURNAS, de 13.361.399 MWh* (11.876.916 MWh* - dezembro de 2009), corresponde a uma receita no exercício de R\$ 1.782.371 mil (R\$ 1.677.069 mil - 31 de dezembro de 2009).

* Informações não auditadas

a) – Tarifas praticadas pela ELETRONUCLEAR

Os valores da tarifa contratual de energia da ELETRONUCLEAR, praticados no exercício, foram os seguintes:

- De 01 de janeiro a 04 de dezembro de 2009 > R\$ 130,79 /MWh - Resolução ANEEL nº 747, de 02 de dezembro de 2008 – Faturamento integral em 2009.
- De 05 de dezembro de 2009 a 04 de dezembro de 2010 > R\$ 135,63 /MWh - Resolução ANEEL nº 916, de 08 de dezembro de 2009 – Faturamento integral em 2009 e 2010.
- Conforme previsto no parágrafo 2º, da Lei nº 12.111/2009, a tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR, a partir de dezembro de 2009, será calculada e homologada anualmente pela ANEEL, pela aplicação de fórmula paramétrica que considere a variação das despesas com a aquisição do combustível nuclear e a aplicação do IPCA para os demais custos e despesas. Assim, a ANEEL homologou através da Resolução nº 1.091, de 30 de novembro de 2010, a nova tarifa de R\$ 137,66 /MWh, ainda provisória, para ser praticada pela ELETRONUCLEAR, com vigência no período de 05 de dezembro de 2009 a 04 de dezembro de 2010.

Conforme recomendação da ANEEL, no VOTO anexo à Resolução nº. 1091/2010, a ELETRONUCLEAR acordou com FURNAS que somente realizará o refaturamento da diferença entre a tarifa de R\$ 137,66 /MWh para R\$ 135,63 /MWh, quando da divulgação da tarifa definitiva para esse período. Essa diferença foi registrada na receita da Companhia, em dezembro de 2010, como provisão em função do regime de competência.

- Também através da Resolução nº 1091/2010, a ANEEL, em conformidade com o disposto no parágrafo 2º, da Lei nº 12.111/2009, descrito no item anterior, fixou em R\$ 145,48 /MWh, a tarifa provisória a ser praticada pela ELETRONUCLEAR, com vigência no período de 05 de dezembro de 2010 a 04 de dezembro de 2011.

b) Nova regulamentação de comercialização

Em 09 de dezembro de 2009 foi promulgada a Lei nº. 12.111, incluindo a partir de 2013, a energia elétrica gerada pela ELETRONUCLEAR nas Usinas Angra 1 e Angra 2, em sistema de comercialização, sob a forma de rateio entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme regulamentação .

A mencionada lei prevê também, que a ELETRONUCLEAR fica autorizada a repassar à FURNAS, entre 2013 a 2015, o diferencial verificado no período 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR e a da tarifa de referência.

A tarifa de referência de 2010 será igual à tarifa da ELETRONUCLEAR, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA para dezembro de 2009, a qual será reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e 2011.

A tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR, a partir de dezembro de 2009, será calculada e homologada anualmente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, pela aplicação de fórmula paramétrica, que considere a variação das despesas com a aquisição do combustível nuclear e a aplicação do IPCA para os demais custos e despesas.

O montante a ser repassado para FURNAS será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição, atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. Não haverá ganho nem perda por parte da ELETRONUCLEAR, tratando-se exclusivamente de uma operação cruzada de comercialização de energia com repasse de recursos tarifários.

A ELETRONUCLEAR mantém-se na expectativa da regulamentação da Lei nº. 12.111, quando estarão definidos os parâmetros e critérios a serem praticados para o novo modelo de comercialização da energia das suas Usinas Angra 1 e Angra 2.

NOTA 27 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida pode ser assim entendida:

RECONCILIAÇÃO RECEITAS	R\$ MIL	
	2010	2009
Venda bruta de energia	1.782.720	1.677.069
Impostos sobre vendas	(65.183)	(61.300)
Reserva global de reversão (Nota 25)	(45.586)	(42.792)
Receita líquida	1.671.951	1.572.977

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, um prejuízo de R\$ 134.754 mil, enquanto que no mesmo período de 2009, o resultado foi de um lucro líquido de R\$ 218.247 mil.

O resultado operacional do exercício corrente foi negativo em R\$ 195.880 mil, apurado pelo lucro do serviço de R\$ 387.063 mil diminuído do prejuízo financeiro de R\$ 582.943 mil. No exercício anterior, houve um lucro operacional no valor de R\$ 159.140 mil, decorrente do lucro no serviço de R\$ 417.478 mil diminuído do prejuízo financeiro de R\$ 258.338 mil.

Na análise comparativa dos resultados financeiros incorridos nos exercícios de 2010 e 2009, destacam-se alguns fatores que contribuíram para o aumento do prejuízo financeiro de 2010, a saber:

- A variação monetária sobre empréstimos e financiamentos da ELETROBRAS em 2010 somou ao longo de 2010 uma despesa de R\$ 202.098 mil, enquanto que em 2009 o montante do exercício registrou uma receita (recuperação de despesa) de R\$ 24.043 mil. Tal discrepância é explicada pela oscilação do IGMP2 (indexador contratual) que em 2010 registrou um aumento de 11,32 %, mas em 2009 registrou uma queda de 1,72 %.
- Na variação cambial sobre empréstimos da ELETROBRAS e sobre dívidas com fornecedores, nos dois exercícios, os montantes apurados apresentaram uma recuperação de despesas, respectivamente de R\$ 30.448 mil em 2010 e R\$ 45.986 mil em 2009. Verifica-se então que em 2010 o incremento negativo foi menor em R\$ 15.538 mil em relação a 2009, que é explicado pela desvalorização na cotação do EURO frente ao REAL, que no exercício de 2010, teve uma queda menor em relação a 2009 (2010 - queda de 11,14% e em 2009 - queda de 22,47 %);
- Na variação cambial sobre o passivo para descomissionamento, verifica-se uma recuperação de despesa nos dois exercícios em decorrência da desvalorização do DOLAR em relação ao REAL. O incremento a maior na recuperação de despesa no exercício de 2009 é explicado pela desvalorização maior em 2009 (2009 – queda de 25,49 % e em 2010 – queda de 2,63 %). Já na despesa de ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento o efeito foi inverso, mas a variação de um exercício para o outro não é relevante;
- Nas despesas de encargos de dívidas os resultados dos dois exercícios se equivalem, demonstrando um aumento inexpressivo em 2010.

A expectativa da Companhia para os próximos exercícios é de uma queda substancial nas despesas de encargos de dívida, em decorrência da transformação em adiantamentos para futuro aumento de capital, de parte da dívida com a ELETROBRAS, no montante de R\$ 3.247.406 mil (Nota 17).

O quadro abaixo apresenta uma síntese do resultado financeiro comparativo:

RESULTADO FINANCEIRO	2010	2009
Receitas financeiras:		
Variações cambiais sobre financiamentos - ELETROBRAS (Nota 13c)	17.012	83.145
Variações monetárias e cambiais sobre dívidas com fornecedores	13.436	-
Varição cambial do passivo para descomissionamento (Nota 16c)	13.927	67.857
Aplicações financeiras	11.780	9.892
	56.155	160.894
Despesas financeiras:		
Encargos sobre financiamentos - ELETROBRAS	(389.839)	(360.565)
Encargos de dívidas com a Fundação Real Grandeza (Nota 15)	(5.465)	(6.701)
Variações monetárias e cambiais sobre dívidas com fornecedores	-	(10.852)
Variações monetárias sobre financiamentos - ELETROBRAS (Nota 13c)	(191.262)	-
Ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento (Nota 16c)	(19.709)	(16.996)
Rendimento fundo financeiro descomissionamento (Nota 8)	(4.262)	(14.102)
Diversas	(28.561)	(10.016)
	(639.098)	(419.232)
TOTAL	(582.943)	(258.338)

NOTA 28 - SEGUROS (Não auditada)

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 4.400.121 mil, e está assim distribuído:

SEGUROS / RAMOS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO
Riscos nucleares			
- Danos materiais	31/05/2011	1.666.200	6.809
- Responsabilidade civil	31/05/2011	347.603	1.455
Armazenamento de equipamentos	Constr. Angra 3	2.106.004	5.073
Diversos	Diversas	280.315	357
TOTAL		4.400.121	13.694

NOTA 29 – TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (Não auditada)

A Companhia tem como política permanente a qualificação dos dirigentes e empregados tendo apresentado os seguintes indicadores nos exercícios de 2010 e de 2009:

INDICADORES		DEZ/10	DEZ/09
Empregados treinados	unidade	2.154	1.847
Homem hora treinados	horas	182.122,9	123.058,0
Média de hora de treinamento p/ empregado treinado	horas	84,6	66,6
Índice de empregados treinados	%	84,9	80,0
Força de trabalho treinada	%	3,7	2,8
Investimento total	R\$ mil	4.690	4.771
Valor médio investido por empregado	R\$ mil	2,18	2,58

NOTA 30 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2010, foram de R\$ 29.870,64 e R\$ 1.811,34 (R\$ 25.719,05 e R\$ 1.518,40 – dezembro de 2009) respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2010, correspondeu a R\$ 27.861,07 (R\$ 26.534,35 - dezembro de 2009).

Durante o exercício, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHEIROS		
Natureza	R\$ MIL	
	DEZ/2010	DEZ/2009
Remuneração dos diretores e conselheiros	2.362	2.255
Encargos sociais	698	693
Benefícios	377	305
Outros (inclui PLR)	65	259
TOTAL	3.502	3.512

NOTA 31 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possui outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 2010 e 2009. Tratam-se de contratos e termos de compromissos referentes: a aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; a compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3; e aquisição de equipamentos para substituição em seu ativo imobilizado, a saber:

a) Combustível nuclear

Contratos assinados com a Indústrias Nucleares Brasileiras - INB, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, conforme quadros demonstrativos a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR USINAS ANGRA 1 E ANGRA 2		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	2010	2009
Matéria-prima para produção de energia das usinas	213.983	124.105
Conversão, enriquecimento e fabricação de elementos do combustível	40.285	36.820
TOTAIS	254.268	160.925

COMBUSTIVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO		
ANO	R\$ MIL	
	2010	2009
2010	-	80.462
2011	127.134	48.278
2012	76.280	32.185
2013	50.854	-
TOTAIS	254.268	160.925

b) Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios listados a seguir, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadros demonstrativos a seguir:

COMPENSAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	2010	2009
Termos de compromissos socioambientais do empreendimento Angra 3 assinados com as prefeituras dos municípios de:		
- Angra dos Reis	142.696	150.444
- Rio Claro	14.175	-
- Paraty	46.000	-
TOTAIS	202.871	150.444

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO		
ANO	R\$ MIL	
	2010	2009
2010	-	7.748
2011	38.066	38.066
2012	5.994	5.994
2013	5.649	5.649
2014	1.611	1.611
2015	225	225
APÓS 2015	151.326	91.151
TOTAIS	202.871	150.444

c) Aquisição de equipamentos

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado das usinas Angra 1 e Angra 2, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadros demonstrativos a seguir:

EQUIPAMENTOS PARA USINAS ANGRA 1 E ANGRA 2		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	2010	2009
Equipamentos para usinas Angra 1 e Angra 2:		
- Rotor da turbina de baixa pressão da usina Angra 1	29.321	49.961
- Rotor do gerador elétrico da usina Angra 2	9.752	18.828
- Troca da Tampa do Vaso do Reator e fornecimento dos CRDM - usina Angra 1	35.481	-
TOTAIS	74.554	68.789

EQUIPAMENTOS - DATAS DE REALIZAÇÃO		
REALIZAÇÃO	R\$ MIL	
	2010	2009
2010	-	32.832
2011	48.171	35.957
2012	26.383	-
TOTAIS	74.554	68.789